



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6188/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Embu-Guaçu
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
Período	12/2017
Relator	Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora	07ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável	Ágildo Bacelar da Silva
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	090.414.778-96
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU	R\$ 49.861,95	R\$ 80.629,98

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU	R\$ 156.104,75	R\$ 114.864,16	R\$ 15.627,77

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU	R\$ 903,47	R\$ 155.201,28	R\$ 65.246,01

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 3.129.320,82	R\$ 123.145.115,53	2,5412%	6,0000%
4/2017	R\$ 3.104.803,47	R\$ 123.334.440,85	2,5174%	6,0000%
8/2017	R\$ 3.091.161,14	R\$ 127.298.797,57	2,4283%	6,0000%
12/2017	R\$ 3.249.868,24	R\$ 133.118.992,89	2,4413%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

--	--	--	--	--

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 3.110.359,05	R\$ 125.885.728,49	2,4708%	2,4708%
7/2017	R\$ 3.134.034,77	R\$ 125.248.757,54	2,5022%	2,4708%
8/2017	R\$ 3.091.161,14	R\$ 127.298.797,57	2,4283%	2,4708%
9/2017	R\$ 3.101.621,33	R\$ 128.840.367,41	2,4073%	2,4708%
10/2017	R\$ 3.136.161,89	R\$ 133.198.703,64	2,3545%	2,4708%
11/2017	R\$ 3.019.511,00	R\$ 130.164.656,66	2,3198%	2,4708%
12/2017	R\$ 3.249.868,24	R\$ 133.118.992,89	2,4413%	2,4708%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,4413%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 69.073,25
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 94.793,47
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ -25.720,22
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 156.104,59
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 903,47
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 155.201,12
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-703,4207%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 49.861,95	R\$ 903,47	R\$ 49.861,95	R\$ 903,47
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 80.629,98	R\$ 155.201,28	R\$ 80.629,98	R\$ 155.201,28
Consignações	R\$ 36.292,02	R\$ 676.646,26	R\$ 711.830,26	R\$ 1.108,02
Depósitos	R\$ 0,01	R\$ 160.487,72	R\$ 160.487,73	R\$ 0,00
Outros	R\$ 121.252,15	R\$ 5.130.028,44	R\$ 4.978.768,94	R\$ 272.511,65
Total	R\$ 288.036,11	R\$ 6.123.267,17	R\$ 5.981.578,86	R\$ 429.724,42

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 51,14%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 5.247.302,72
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 43.510,46
Despesas com folha de pagamento	R\$ 2.704.549,24
Despesa com folha/Transferências realizadas	51,14%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 76.098.434,71
---	-------------------

Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.250.594,25
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	1,64%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	67296
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 76.098.434,71
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 5.326.890,42
Total de Despesas do exercício	R\$ 4.539.323,89
Percentual Apurado	5,97%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 5,97%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 01:54:11